

# A NOVA FACE HUMANA DE BELÉM



Sempre cercado de seus auxiliares mais imediatos, o Prefeito Stélio Maroja transforma Belém.

**D**ENTRO de mais sessenta dias Stélio Maroja deixará a Prefeitura de Belém, após cumprir um mandato de quatro anos, por eleição direta. Com sua conversa simples, fácil e fluente, tem muito a contar de sua administração — sobretudo o testemunho do crescimento de Belém nos últimos anos, quando a cidade se transformou rapidamente na Metrópole da Amazônia, mantendo-se hospitaleira e calma. Lá a sombra das mangueiras convive pacificamente com o conforto moderno dos arranha-céus e das ruas largas.

Homem público afeito às grandes campanhas populares — como as da Petrobrás e da instalação da Siderúrgica de Volta Redonda — idealizador e organizador da Companhia Força e Luz do Pará, deputado às Câmaras Estadual e Federal, professor da Faculdade de Economia, Stélio costuma afirmar que uma das suas grandes aspirações foi “transformar Belém numa

cidade humana, generosa, digna do seu nome cristão”.

Sensível aos problemas sociais e humanos, consciente de que o desenvolvimento somente será completo e real quando ao lado da infra-estrutura e do complexo industrial houver também uma melhora das condições de vida nas comunidades dos grandes centros, toda a sua administração esteve também voltada para uma ação social vigorosa e constante. Esse esforço caminhou lado a lado com as avenidas que eram rasgadas e asfaltadas.

Por isso, Stélio Maroja é hoje um homem tranquilo. Em seu gabinete de trabalho, ele passou em revista os seus anos de Prefeitura — as largas e modernas avenidas que construiu, a obra social desenvolvida na periferia e no centro da cidade, a política educacional do município, as obras básicas de saneamento e abastecimento de água, a ampliação do serviço de pronto-socorro da capital, da rede dos tele-

fonos de Belém, a integração à comunidade municipal das populações das áreas suburbanas mais atrasadas. Trata-se de um saldo dos mais positivos já alcançados no cargo por um homem público.

**N**ESSE rápido balanço, Stélio Maroja cita algumas realizações que por si só bastam para marcar sua presença na Prefeitura da capital paraense:

“Antes de mais nada, gostaria de frisar que, ao assumir a Prefeitura, conseqüi, em um ano, elevar a receita municipal de NCr\$ 9,1 milhões para NCr\$ 13,4 milhões, e equilibrar o orçamento, graças a uma rigorosa contenção de despesas. O ano de 1967 apresentava as melhores perspectivas, frustradas, contudo, pela reforma tributária, oriunda da Constituição Federal de janeiro daquele ano. A arrecadação caiu para NCr\$ 12,8 milhões — quando, com base no sistema

tributário anterior, teria facilmente chegado a NCr\$ 20 milhões. O ano de 1968 registrou uma elevação na arrecadação, que passou para NCr\$ 19,4 milhões e, em 1969, atingiu NCr\$ 28,5 milhões.”

Entre as muitas obras que podem marcar a Administração Stélio Maroja, poderiam ser citadas a restauração das tradicionais praças da cidade — algumas construídas no período áureo da borracha — como o Largo da Pólvora e a Praça Batista Campos; a implantação de pavimento na Pedro Teixeira — porta de entrada da cidade — e na Praça dos Heróis da Marinha; o alarço de todas as áreas alagadas; a extensão da pavimentação à área suburbana de Belém, fazendo surgir avenidas como a Pedro Miranda e a Duque de Caxias, além da conclusão das obras nas Avenidas José Bonifácio, Almirante Barroso, Roberto Carneiro e várias outras.

“Criamos um sistema de interligação entre os subúrbios da cidade,

através das Avenidas Pedro Álvares Cabral, Almirante Tamandaré e Perimetral; ampliamos o sistema rodoviário municipal através da construção de uma rodovia para Icoaraci e de uma rede de estradas para a ilha do Mosquito, o local de veraneio dos paraenses; melhoramos o sistema de iluminação pública de todos os bairros da capital.”

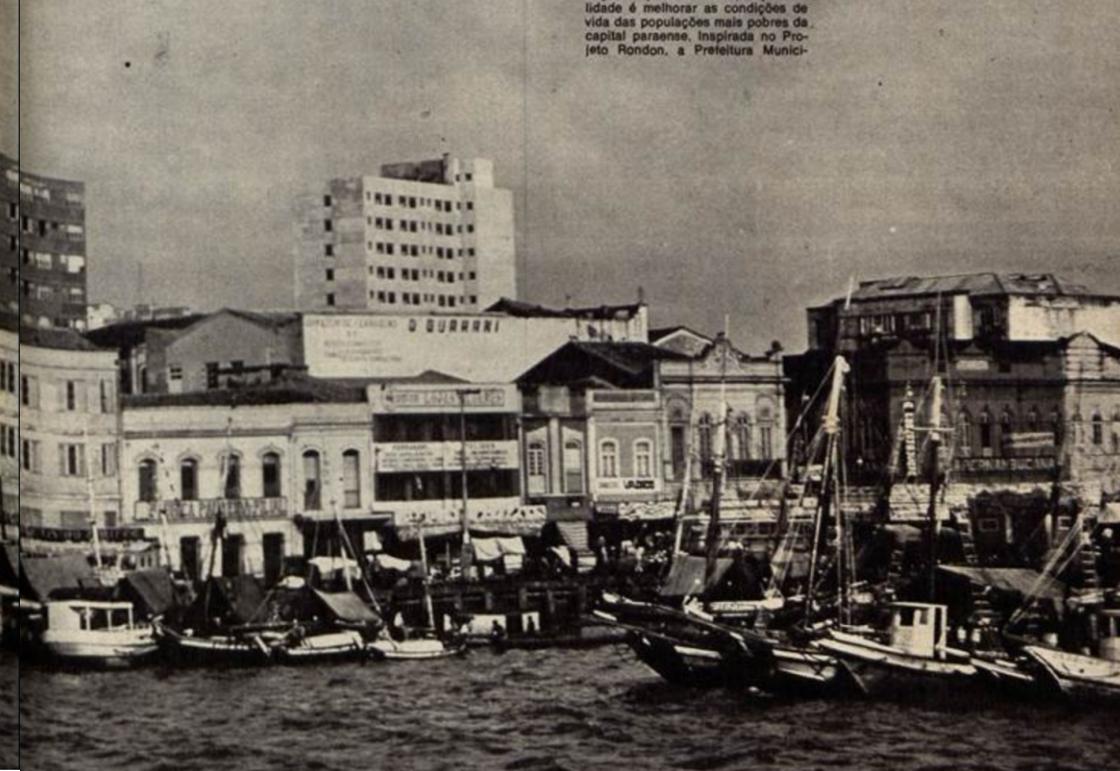
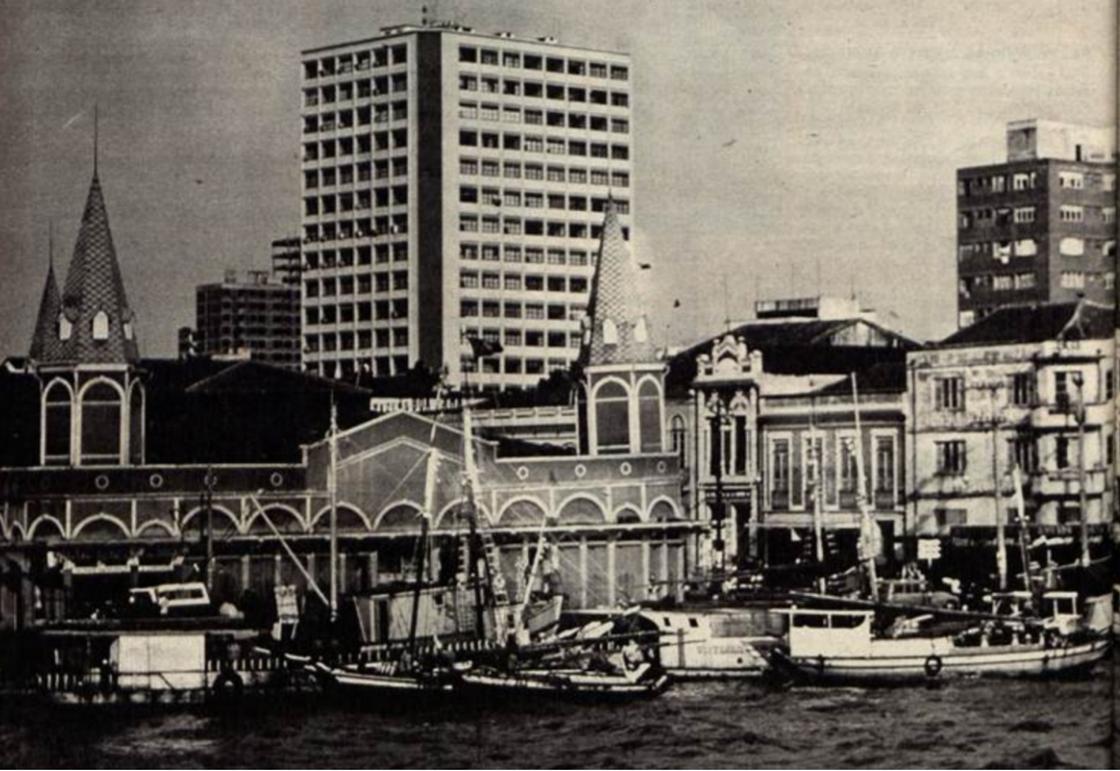
**N**O setor educacional, a criação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura foi outra medida vitoriosa. A ela coube orientar e executar o plano educacional da Prefeitura, construindo escolas primárias na capital e nos distritos, reestruturando e ampliando o ensino médio. Além disso, a Prefeitura criou serviços comunitários de assistência médico-sanitarista nos subúrbios e nos distritos rurais, realizando programação de educação sanitária da área da Grande Belém.

Diz o prefeito:

“Encampamos a Companhia Inglesa de Telefones fazendo surgir em seu lugar a Companhia de Telefones do Município de Belém. No setor da assistência social, foi criada, através da Lei 6.022, a Fundação Papa João XXIII, cuja finalidade é melhorar as condições de vida das populações mais pobres da capital paraense. Inspirada no Projeto Rondon, a Prefeitura Muni-

pal de Belém criou ainda missões de integração na comunidade municipal, em colaboração com os setores universitários do estado. Nas férias escolares, essas comunidades realizaram um trabalho notável, fazendo o levantamento dos aspectos sociais, mesológicos, sanitários, culturais e psico-sociais da área a ser trabalhada, motivando o desenvolvimento comunitário e implantando as bases para uma educação sanitária racional, enfim, lutando para dar melhores condições de vida ao homem — único fim de qualquer administrador público.”

Esta é apenas uma parte do grande saldo de realizações que Stélio Maroja deixará quando se afastar da Prefeitura Municipal de Belém. Mas, do ponto de vista das populações pobres, bastaria citar a grande cruzada social do prefeito para que seu nome ficasse sempre lembrado como um dos maiores administradores de Belém.



Situada num contexto sócio-econômico especialíssimo, a Universidade Federal do Pará

realiza uma experiência pioneira

# RUMOS CERTOS PARA O ENSINO



A Universidade Federal do Pará é um dos centros de perspectivas mais ambiciosas daquele estado. Numa região que, por suas peculiaridades e problemas básicos, já constitui naturalmente um imenso campo aberto às pesquisas, a universidade enfrenta com maior agudeza o problema de não poder se divorciar da realidade sócio-econômica, nem ser apenas um centro de formação profissional. E sua tarefa é ir sempre além — acelerar o desenvolvimento, mas intensificar a pesquisa pura; treinar professores e alunos, mas também atualizar-se, modernizar-se. É com esta visão que o Professor Aloysio de Costa Chaves, reitor da UFPA, vem modificando as estruturas do ensino superior no Pará. Em entrevista a MANCHETE, ele dá conta de suas experiências.

Costuma-se falar na integração da universidade aos vários setores que dominam o campo do desenvolvimento econômico-social. Em termos reais, até onde está se verificando esta integração na UFPA?

— A Universidade Federal do Pará tem a dupla função de ser um centro de formação profissional, pesquisa e cultura, e, ao mesmo tempo, um instrumento básico para acelerar o processo de desenvolvimento da Região Amazônica. É, a rigor, uma universidade integrada nos problemas amazônicos e voltada para a busca das suas soluções. Sua missão é, portanto, regional. No meu discurso de posse, a 2 de julho passado, fixei, embora rapidamente, os aspectos fundamentais da minha administração. Visualizei a tarefa específica da Universidade Federal do Pará: era conhecer o mundo amazônico pela pesquisa e pelo estudo de suas peculiaridades; programar o necessário e prover o possível para retrair o subdesenvolvimento em que se encontra; sobretudo executar os numerosos e diferentes trabalhos correspondentes



àqueles objetivos. A universidade não é obra de cúpula, mas de alicerce. Afirmei o que era, e é convicção cada vez mais arraigada para mim: não se pode esperar o progresso da Amazônia para, em consequência, se ter uma grande universidade. Ao contrário, é necessário consolidar a universidade, dar-lhe imediatamente toda eficiência ao nosso alcance, se desejamos estabelecer condições efetivas de recuperação do Vale Amazônico. Nesse ponto de vista, a UFPA possui caráter especial. Não é apenas — como em toda parte — um centro de cultura; é também um eixo propulsor de desenvolvimento econômico. Essa conceitualização foi defendida nas considerações formuladas sobre o Plano de Reestruturação da Universidade, que submeti ao Conselho Federal de Educação, a 25 de setembro passado, acompanhando o próprio plano elaborado por uma comissão constituída, sob minha presidência, pelo vice-reitor, Professor Agenor Porto Penna de Carvalho, pró-reitor e relator, Professor Armando Dias Mendes, Professora Maria Anunciada Ramos Chaves, Professor José Monteiro Leite, Professor Clóvis da Cunha Malcher, Professor Renato Pinheiro Conduru e Professor Nelson Figueiredo Ribeiro. As considerações foram prontamente atendidas pelo CFE (10 de outubro), permitindo o solicitado reexame do Plano de Reestruturação. Sem a menor perda de tempo, a comissão elaborou novo plano, que foi ampla e democraticamente debatido pelos corpos docente e discente da universidade, no período de 3 a 7 de novembro. As emendas e sugestões oferecidas foram avaliadas por uma comissão especialmente designada para este fim e o texto final, intitulado Projeto para o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, foi aprovado pelo Conselho Universitário, na sua sessão de 1º de dezembro, por unanimidade, e também por unanimidade, sem emendas, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, no dia 4 do mesmo mês, pelo parecer 937/69. O decreto foi baixado pelo governo, estando já em plena elaboração o novo estatuto da universidade.

Até onde o estudante participa na vida ativa desta nova universidade?

— Nesse particular, uma providência de alta relevância foi a Resolução n.º 25, de 23 de outubro passado, que disciplina a representação do corpo discente, com direito a voz e voto nos órgãos colegiados da universidade e em comissões nas instituições em obediência aos termos do artigo 38 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Por essa resolução, amplamente difundida em todas as unidades universitárias, o corpo discente terá representação na Assembléia Universitária, no Conselho Universitário, nas Congregações e em outros equivalentes, nos Conselhos Departamentais, nos Conselhos Administrativos, nos departamentos e em comissões instituídas na forma do estatuto da universidade. A representação estudantil tem por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário. Nenhum órgão colegiado ou comissão funcionará, na universidade, sem que em sua composição esteja prevista a participação de pelo menos um aluno. Excetuando certas matérias, o representante — eleito pelos colegas — prestará sua colaboração em todos os assuntos pertinentes ao aperfeiçoamento do ensino e à melhoria da eficiência administrativa da universidade a suas unidades, inclusive no concernente à eleição para escolhas de administradores, nas quais tem direito a voto.

Fala-se muito na necessidade de diálogo entre corpo docente e corpo discente das universidades. Está havendo este diálogo na Universidade Federal do Pará?

— Como frisei em meu discurso de posse, o diálogo é uma área sagrada a que estou permanentemente atento. Recentemente, ao dar posse no cargo de diretor da Faculdade de Medicina ao Professor Eduardo Hermes, reafirmei que havíamos retomado o diálogo na universidade. Nós o dissemos, por ocasião da nossa posse, e o fizemos. De um modo claro, simples e inequívoco abrindo as portas da Reitoria aos estudantes para ouvi-los, sem formalismos. Recebendo, em menos de

Em linhas gerais, em que consiste esta reestruturação?

— A reestruturação da universidade se caracteriza pelas diretrizes mais ousadas

da reforma universitária, em harmonia com a recente legislação editada pelo governo. É uma renovação total, extinguindo faculdades e escolas e institucionalizada na base de departamentos, Centros de Ensino Básico e Centros de Formação Profissional. Destaca-se, como fator revolucionário e destinado a levar a Amazônia à conquista de etapas insuperáveis, a criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Essa entidade objetiva a coordenação e a síntese dos estudos referentes ao progresso dos vários setores de conhecimento em função da realidade regional. A instituição desse Núcleo corresponde à realização de um velho sonho dos estudiosos da Amazônia. Não serão os assuntos da Amazônia permanentemente dissecados através de programas de estudos e pesquisas apropriadas, isoladamente ou em conjunto com outras instituições regionais e extra-regionais. Numa palavra, a universidade, recriada, pode ser defendida como um órgão voltado para os problemas da vida regional da Amazônia, em que se situa. Os princípios universais que tradicionalmente informam a existência da universidade e as inovações instituídas harmonizam-se com sua função regional. Sintetizando, temos a preocupação de aplicar o conteúdo universal ao regional — e assim extrair do regional a contribuição peculiar que tem a prestar ao universal.

Em termos de pesquisa, especialização e treinamento de pessoal, quais as metas e os planos da UFPA?

— A Universidade Federal do Pará celebrou vários convênios e acordos para treinamento de pessoal docente em todos os níveis, com universidades e instituições nacionais e estrangeiras. No momento, há professores da UFPA fazendo cursos de pós-graduação na França, Portugal, Japão e Estados Unidos, além de outros em centros especializados no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Em convênio recente com a SUDAM, a UFPA oferece verba para construção de moderníssimo laboratório de Geologia, destinado à pesquisa e pós-graduação, cuja construção e equipamento alcançará a cifra de NCR\$ 1.500.000,00. Desenvolve entendimentos com o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Museu Emílio Goeldi) e com o Conselho Nacional de Pesquisas para treinamento de pessoal de alto nível, como, ainda, para a possível criação de centros de excelência de Geologia e Botânica. Abrem-se, nesse campo, as mais promissoras perspectivas para a Universidade Federal do Pará.

Sabemos que existe na UFPA uma experiência pioneira com relação à construção do seu campus. Como tem sido ela?

— A experiência que a UFPA vem fazendo, na construção do seu campus, tem merecido as melhores referências. Não tem qualquer pretensão de grandiosidade; não se propõe a fazer construções pesadas, caras, de execução demorada. Ao contrário, optou por um padrão que se pode denominar de ecológico, situado às margens do rio Guamá, em lugar agradável e em uma das abas da cidade. Em setembro de 1968, foram inaugurados os primeiros pavilhões de aulas, quando da instalação do governo federal na Amazônia. Posteriormente, concluiu-se o prédio da administração central. No momento, estão sendo constituídos os laboratórios de Urociências, zisologia, Física, Química e Geologia, que deverão ter grande desenvolvimento neste ano de 1970 — se forem fornecidos os recursos financeiros indispensáveis. O núcleo pioneiro do Guamá, cuja conclusão se dará até 1972, para permitir a implantação da reforma universitária aprovada, abriga já quase dois mil estudantes. Não estão instalados os cursos de Geologia, Arquitetura e Biblioteconomia, Núcleo de Física e Matemática, Núcleo de Letras e Escola de Serviço Social, com pouco menos da metade dos alunos que estarão, em 1970, matriculados na Universidade Federal do Pará. Estamos persuadidos de que a UFPA, com a nova e flexível estrutura que lhe foi dada em recentíssima reforma, vai se transformar em breve num dos maiores centros de ensino e pesquisa da Amazônia.